

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL
Presidente luta

pelos cinco anos

O presidente José Sarney tem declarado reiteradamente que se conforma com o mandato que lhe fixar a Assembléia Nacional Constituinte e que não tentará influir no ânimo dos parlamentares para obter qualquer decisão que aparentemente o favoreça. Sua atitude é técnica e eticamente correta, embora o debate em torno do assunto tenha nascido de um discurso equivocado do presidente da República quando anunciou à nação que abria mão de um ano do seu mandato de seis anos, numa tentativa de repetir quarenta e um anos depois o gesto do presidente Dutra. As circunstâncias eram diferentes e o modo pelo qual tomou sua decisão foi inesperado, intempestivo e descabido. Já agora só lhe resta a conformidade com o que decidir a Constituinte, à qual atribuiu todo o poder de decisão numa matéria antes de duvidosa hermenêutica constitucional.

Se essa é a atitude formal do presidente nem por isso se pode dizer que ela tenha efetivamente se retirado do assunto. Não vamos invocar reuniões de ministros amigos realizadas no sigilo do Palácio da Alvorada. Basta o comportamento do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para testemunhar a intervenção direta do Palácio do Planalto na mobilização de constituintes em favor do mandato de cinco anos. O deputado Carlos Sant'Anna não é líder de partido. Tentou ser líder do PMDB mas perdeu a eleição e o presidente, para definir sua escolha pessoal, o indicou líder do governo. Logo, tudo o que ele faz e diz como deputado expressa o pensamento do governo e do chefe do governo, do presidente da República.

O deputado Carlos Sant'Anna não tem se poupado a declarações públicas, documentadas pela televisão, de que trabalha pelos cinco anos e de que acredita que o plenário da Câmara, por 310 votos, modificará o texto da Comissão de Sistematização e dará ao sr. José Sarney o mandato de cinco anos. Malgrado, portanto, a postura pública do presidente, é irrecusável que o aparelho governamental que lhe obedece as ordens está mobilizado para alterar o projeto de Constituição ora em debate e votação pelo plenário.

Esse lembrete vale apenas como um sinal de que todos estão atentos para a verdade dos fatos e de que atitudes equívocas não ficam bem a quem tem as responsabilidades de presidir a nação. O sr. José Sarney entrou desajeitadamente no assunto e nele permanece por via travessa. Ou ele cala seu líder e o proíbe de mobilizar pelos cinco anos ou haverá de concordar em que, por interpostos agentes, mobiliza a Constituinte pela vitória da tese que inoportunamente proclamou do mandato de cinco anos.



Esquerda força a cisão

A esquerda do PMDB está forçando a cisão do partido antes mesmo que se vote a nova Constituição. A intimação ao sr. Ulysses Guimarães para que convoque o diretório nacional para definir posições de possível rompimento com o governo, na base de situar premissas que obriguem tecnicamente os demais correligionários a referendar as posições dos históricos, não tem outro sentido. O presidente do partido segue sua estratégia costumeira de contemporizar e ganhar tempo para evitar decisões precipitadas. Pode ser que vença mas o partido está convidado à cisão.

O açodamento da esquerda, no entanto, induz à crença de que deputados como o sr. Fernando Lyra ou a sra. Cristina Tavares, que levam suas posições às últimas consequências, vêem a política geral com mais nitidez e com mais realismo e não pretendem trabalhar por uma unidade formal que mal esconda a profunda divergência das correntes que integram hoje a expandida frente única formada ainda sob inspiração do governo do presidente Castello Branco, quando até mesmo senadores situacionistas, como o falecido Rui Carneiro, foram convidados a ingressar no MDB para assegurar a exequibilidade do projeto de criar dois blocos contraditórios no Congresso Nacional. A situação historicamente modificou-se mas a semente da discórdância cresceu sobretudo depois que o partido aproximou-se do poder e chegou ao ponto de eleger 22 governadores e 305 parlamentares federais.

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso expressam o pensamento das elites que dirigem o histórico partido mas querem proceder ainda como se fosse possível excluir os fariseus e reorganizar na base da ortodoxia ideológica e programática. Com isso eles dão tempo ao sr. Ulysses Guimarães para recompor uma frente, que só funciona como tal, mas que, como tal, já não interessa à parte da opinião pública que se sente interpretada pelos senadores de São Paulo e outros parlamentares mais precisos nas suas opiniões do que os indecifráveis governadores do PMDB.

Ángel Teixeira sei